



EIXO 3: POLÍTICAS CURRICULARES, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO LOCAL, NACIONAL, REGIONAL E GLOBAL

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO: DESDOBRAMENTOS DE UMA DÉCADA DE ANÁLISE

Emanuelle Santana da Silva
UFPE
emanuelle.santana@ufpe.br

Dalila Marina Oliveira Maia
UFPE
dalila.omaia@ufpe.br

Fernanda Ramos de Souza
UFPE
fernanda.ramossouza@ufpe.br

Resumo

Na seara de avanços da produção científica, a condução das políticas públicas passou por importantes mudanças, incluindo o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação. Foi diante da crise do Estado, no ano de 1980, e no quadro da Reforma do Estado, de 1990, que o planejamento e o controle social passaram por mudanças, no nosso país, pautadas pela “Nova Gestão Pública (NGP), compreendida enquanto uma das faces do gerencialismo na organização e funcionamento do Estado na atualidade, e seus desdobramentos no campo da gestão da educação” (Silva; Carvalho, 2014, p. 218, acréscimo nosso). Em Pernambuco, um dos marcos que determinaram a inserção da modernização da gestão no âmbito educacional foi o Programa de Modernização da Gestão Pública-Metas para Educação (PMGP-ME), que foi lançado com objetivo de tornar a educação de Pernambuco uma referência nacional em educação de qualidade. Entre tantas missões, este plano buscava assegurar uma educação pública de qualidade, pautada em resultados e na formação plena do plano, tendo em vista a garantia do acesso e da permanência. Diante deste contexto, este estudo buscou identificar os desdobramentos da Política Educacional de Pernambuco, com base nos resultados das pesquisas de mestrado e doutorado, desenvolvidas entre 2012-2022, nas universidades públicas de Pernambuco. Tendo em vista, que desde a implementação do PMGP-ME, atualizações e reformas radicais foram implementadas, a fim de promover: qualidade



estrutural das escolas, novos currículos, e a inserção de capacitação profissional. Isso com as modalidades de ensino regular, integral e semi-integral, com a oferta do ensino em escolas normais, de referência ou técnica. A relevância da atual política para o ensino médio em PE pode ser vista no número significativo de pesquisas realizadas sobre esta temática.

Tabela 1 – Dados quantitativos de pesquisas sobre a efetividade de políticas de ensino médio na educação pernambucana

DISTRIBUIÇÃO DE PESQUISAS POR USO DE DESCRITOR		
Escola de Referência em Ensino Médio (EREM)	Escola Técnica Estadual (ETE)	Programa de Ensino Integral (PEI)
46	25	26

Fonte: acervo de pesquisa.

O agrupamento dos descritores, que tratam diretamente sobre a efetividade e a oferta do ensino, permitiu-nos observar como os pesquisadores analisaram as tendências e implicações do desenrolar da política pública educacional. Para isso, eles utilizaram uma diversidade de técnicas de coletas e de análises dos dados, buscando identificar como essa política se manifesta e quais efeitos ela causa no dia a dia nas instituições de ensino e na comunidade escolar. Nesses termos, o presente estudo insere-se no campo de pesquisa das Políticas Educacionais, marcado pelo seu caráter multi e interdisciplinar, que toma o campo educacional como primeira referência. Trata-se de uma pesquisa sobre a pesquisa, apresentando os requisitos de um estudo de revisão. A escolha pelo estado da arte apoia-se em Jacomini, Penna e Bello (2019), que afirmam o seguinte: Consideram-se como estudos de revisão, de forma ampla, todos aqueles que tomam como objeto de pesquisa a produção científica/acadêmica de determinada área, subárea ou campo de conhecimento, tendo em conta a especificidade do recorte temático e temporal. Dentro desse espectro amplo de estudos de revisão, são apresentadas diferentes denominações e formas de realizar os estudos (Jacomini; Penna; Bello, 2019, p. 5). Levando em consideração o crescimento da produção acadêmica no campo de pesquisa em Políticas Públicas de Educação nos últimos anos, a validade desses estudos se dá pelas indicações das produções com o agrupamento dos resultados de um determinado tema. Em Pernambuco o projeto da gestão gerencial e da parceria público-privada teve início com o governo



Jarbas Vasconcelos, com o Decreto nº. 25.596, de 01 de julho de 2003, que firmou uma parceria entre o governo de Pernambuco e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). A atuação direta do ICE vigorou de 2004 a 2007. Na transição de governo, em 2008, o governador Eduardo Campos, propôs no início do mandato, a criação de 106 escolas em tempo integral. Para efetivar o seu projeto, foi elaborado o PEI, instituído pela Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008. No âmbito do ensino médio em PE, observamos a forte incorporação da jornada ampliada e como isso reverbera no ensino de jornada regular. Nas entrelinhas, não há obrigatoriedade do acesso às EREMs e às ETEs, mas a apropriação das estruturas físicas que ofertam o ensino regular causará, a longo prazo, a extinção dessa modalidade, restando aos alunos e docentes se adequarem à reconfiguração das escolas que são pautadas a esta política de educação. O crescimento significativo das escolas de jornada ampliada, revela que o objetivo é garantir que a rede de ensino esteja “associada a algumas premissas do referencial teórico-metodológico da Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão de Resultados (Tear), que aborda o planejamento estratégico aplicado à escolas que compõem o Programa de Educação Integral” (Dutra, 2014, p. 13). As pesquisas apontaram desdobramentos na condução da política voltados para a formação e o trabalho docente, a visão empresarial, as parcerias público-privadas e a qualidade atrelada aos índices educacionais. A implementação do modelo de gestão, adotado pelo governo de Pernambuco, penetra nas formas de administrar e gerir a condução das políticas públicas de modo geral, principalmente da política de educação. Identificamos que a oferta do ensino apresentou uma variação significativa que implica diretamente no fator *qualidade*. Os resultados das pesquisas analisadas atestam uma variante no funcionamento, com relação à infraestrutura e à oferta do ensino/currículo. Os dados revelaram a implantação de políticas e projetos de modo aligeirado, as mudanças do currículo, bem como a sobrecarga dos profissionais de educação, revelando uma centralização da gestão educacional. Dessa forma, parece-nos que Pernambuco é um solo fértil quando o assunto é a implementação de programas e políticas, seja a nível federal ou a nível estadual, uma vez que a modernização da gestão educacional segue rigorosamente os termos de inovação propostos pelo modelo gerencial de governar, cujo foco nos resultados é o principal objetivo. Assim, identificamos, nos resultados das pesquisas, que grande parte



das ações dessas políticas e programas é voltada para o preparo dos estudantes para realizar as avaliações externas, com o intuito de obter destaque, por meio da melhoria dos indicadores educacionais.

Palavras-Chave: Política educacional. Estudo de revisão. Modernização da Gestão. Ensino médio.

Referências

DUTRA, P. F. V. Educação integral no estado de Pernambuco: uma realidade no Ensino Médio. *In*: Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IV, 2014, Porto, Portugal. **Anais eletrônicos...** Porto: ANPAE, 2014, p.1-25.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. de O.; BELLO, I. M. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 21., p. 5, jun., 2019.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 25.596, de 01 de julho de 2003**. Cria o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2811060136/decreto-25596-03-pe>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 29.289, de 07 de julho de 2006**. Institui o Projeto de Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado de Pernambuco – PNAGE-PE, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-29289-2006-pernambuco>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PERNAMBUCO. **Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008**. Institui o Programa de Educação Integral – PEI, e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, M. S. P.; CARVALHO, L. S. Faces do Gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez., 2014.